

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes - Mogi das Cruzes, SP.

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Entidade. Conforme descrito na nota explicativa n.º 16, a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, continua apresentando passivo a descoberto devido à deficiência de capital de giro e sucessivos déficits, fatores estes que geram dúvidas quanto à sua possibilidade de continuar em operação. Os planos da Administração com relação a este assunto, também estão descritos na mesma nota explicativa. As demonstrações contábeis não incluem quaisquer ajustes às contas de passivo que poderiam ser requeridos no caso de eventual paralisação das operações. Além disso, diversos bens do hospital estão penhorados para garantia de ações que estão sendo discutidas judicialmente.

### Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo, com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

\* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

\* Avaliamos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes.

\* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

\* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, a não mais se manter em continuidade operacional.

\* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

ATIVO	31/12/2018		31/12/2017		PASSIVO	31/12/2018		31/12/2017	
	Notas					Notas			
<b>CIRCULANTE</b>		<b>17.028.513</b>		<b>17.373.418</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>32.788.980</b>		<b>29.921.498</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	3.581.374		4.957.032	Fornecedores	11	7.905.902		8.171.172
Contas a Receber	4	10.386.775		8.588.395	Obrigações Trabalhistas	12	3.809.405		3.621.715
Adiantamentos Efetuados	5	88.874		274.396	Obrigações Fiscais		247.554		249.183
Juros s/ Empréstimos a Apropriar	10	1.359.363		1.779.108	Parcelamentos Tributários	13	1.351.180		500.799
Outros Créditos	6	1.254.588		1.341.458	Provisão para Contingências	15	-		602.379
Estoque	7	357.537		463.028	Obrigações com Parcelamento	14	133.282		133.282
					Subvenções a Aplicar		10.696.321		8.650.150
					Empréstimos e Financiamentos	10	7.931.190		7.571.584
					Outras Obrigações		646.116		122.233
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>21.948.042</b>		<b>20.977.190</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>29.262.742</b>		<b>33.270.848</b>
Outros Créditos		294.813		288.561	Fornecedores LP		286.813		-
Juros s/ Empréstimos a Apropriar	10	902.338		1.060.032	Parcelamentos Tributários	13	14.419.229		16.471.119
Investimentos	8	2.967.435		1.755.026	Verbas Subvencionadas		4.502.858		4.782.458
Imobilizado	9	17.783.455		17.894.271	Obrigações com Parcelamento	14	977.399		1.232.856
					Empréstimos e Financiamentos	10	6.254.120		7.904.441
					Provisão para Contingências	15	3.049.008		2.870.973
					<b>PATRIMÔNIO SOCIAL</b>	17	<b>(23.067.168)</b>		<b>(24.841.736)</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>38.976.554</b>		<b>38.350.608</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>38.976.554</b>		<b>38.350.608</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis

	31/12/2018	31/12/2017
<b>RECEITAS OPERACIONAIS BRUTAS</b>	<b>106.723.279</b>	<b>70.859.298</b>
<b>Receitas de atividades assistenciais</b>	<b>73.395.830</b>	<b>68.723.651</b>
Receitas operacionais	26.985.870	26.997.040
S.U.S. - Sistema Único de Saúde	22.443.408	22.461.783
Convênios	3.825.491	3.642.367
Particulares	811.276	892.891
(-) Glosas	(94.305)	-
Outras receitas operacionais	46.409.960	41.726.611
Subvenção Federal	16.222.466	16.796.553
Subvenção Estadual	11.249.436	8.085.240
Subvenção Municipal	13.522.123	11.611.362
INSS Cota Patronal	5.415.935	5.233.455
Receitas financeiras, patrimoniais e extraordinárias	33.080.345	1.897.158
Receitas Financeiras	232.470	486.262
Outras Receitas	32.847.875	1.410.896
Trabalho Voluntário	247.104	238.488
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(104.948.711)</b>	<b>(72.172.464)</b>
Despesas com atividades assistenciais	(67.703.137)	(65.149.339)
Despesas com pessoal	(22.595.659)	(21.895.615)
Despesas administrativas e gerais	(3.073.040)	(1.442.387)
Serviços prestados por terceiros	(30.812.931)	(30.542.433)
Medicamentos e Materiais	(10.256.546)	(10.383.788)
Despesas com depreciação / Amortização	(901.741)	(881.833)
Impostos e taxas	(63.220)	(23.283)
Outras despesas operacionais	(36.998.470)	(6.784.637)
Despesas financeiras	(31.582.535)	(1.551.182)
INSS Cota Patronal	(5.415.935)	(5.233.455)
Trabalho Voluntário	(247.104)	(238.488)
<b>SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO</b>	<b>1.774.568</b>	<b>(1.313.166)</b>

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	(27.261.110)	3.732.540	(23.528.570)
Déficit do exercício	-	(1.313.166)	(1.313.166)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(27.261.110)	2.419.374	(24.841.736)
Déficit do exercício	-	1.774.568	1.774.568
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(27.261.110)	4.193.942	(23.067.168)

	31/12/2018	31/12/2017
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit / Déficit Líquido	1.774.568	(1.313.166)
<b>AJUSTES</b>		
Depreciação	901.741	861.833
Provisão de contingências	(633.255)	(1.497.749)
	<b>268.486</b>	<b>(635.916)</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>		
Contas a receber	(1.828.380)	(2.398.186)
Adiantamentos	185.522	(46.198)
Estoque	105.491	68.005
Outros créditos	86.871	1.783
Fornecedores	(175.270)	507.473
Obrigações trabalhistas	187.720	333.453
Obrigações Fiscais	(1.629)	36.714
Parcelamentos Tributários	(1.291.499)	(1.621.307)
Obrigações com Parcelamentos	(255.457)	(167.511)
Subvenções a Aplicar	2.007.171	2.375.966
Subvenções investimentos	(219.572)	(249.572)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>844.022</b>	<b>(3.308.463)</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisições de bens no imobilizado ao custo	(81.146)	(627.041)
Baixas de bens no imobilizado ao custo	20.541	65.898
Aumento/diminuição do realizável a longo prazo	(1.081.667)	(1.614.198)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(1.872.692)</b>	<b>(2.175.341)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Empréstimos	(870.971)	2.640.172
Obrigações Bancárias	523.893	(12.137)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de Financiamento</b>	<b>(347.078)</b>	<b>2.628.036</b>
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(1.375.658)</b>	<b>(2.855.769)</b>
Saldo de disponibilidades no início do exercício	4.957.032	7.812.800
Saldo de disponibilidades no final do exercício	3.581.374	4.957.032
<b>Variação de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(1.375.658)</b>	<b>(2.855.769)</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

Expresso em reais

#### 1. A Entidade

##### a) Reconhecimento de utilidade pública

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes, constituída em 04 de maio de 1955, tem sua origem na Sociedade Mogiana de Beneficência de Mogi das Cruzes, fundada em

06 de julho de 1873, sendo uma sociedade civil, com duração por prazo indeterminado, regendo-se por seu Estatuto e demais disposições aplicáveis.

Uma entidade filantrópica, mantenedora do Hospital Nossa Senhora de Aparecida, que tem por objetivo proporcionar assistência médica hospitalar aos enfermos e acidentados, gratuitamente ou não, obrigando-se a manter leitos e serviços hospitalares para uso público, gratuito, sem qualquer distinção, estabelecida pela legislação e regulamentos municipais, estaduais ou federais aplicáveis e outros dispositivos.

Sediada na Rua Barão de Jaçaguá, 1148, nesta cidade, Estado de São Paulo, está inscrita no CNPJ sob o n.º 52.543.766/0001-16 e registrada no Serviço Público Federal do Ministério da Previdência e Assistência Social – CNAS n.º 4406.004972/2000-44 de 23/07/2004, renovado através da Resolução –84, publicado no DOU 142 em 26/07/04 e validade até 31/12/2006, com reconhecimento de utilidade pública pelas autoridades federais, estaduais e municipais. Em 21/10/2009 a Santa Casa protocolou pedido de Renovação de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social através do processo 25000.033.562/10-41, aguardando análise técnica e decisão da Secretaria de Atenção à saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS).

##### b) Administração

Conforme os estatutos sociais, a Entidade é gerida por uma Mesa Administrativa composta de: Provedor como presidente, Vice Provedor, 1.º Secretário, 2.º Secretário, 1.º Tesoureiro, 2.º Tesoureiro, 1.º Mordomo e 2.º Mordomo e mais 4 suplentes, mais um Conselho Fiscal com 3 membros efetivos e 02 suplentes todos eleitos por uma Assembleia Geral Ordinária para um período de 2 anos no mês de dezembro.

A Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes não remunera, por qualquer forma, os cargos de sua Diretoria, Conselhos Fiscais, deliberativos ou consultivos, e não distribui lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob nenhuma forma ou pretexto.

##### c) Manutenção financeira

Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais da Associação são provenientes principalmente de:

- contribuição mensal dos irmãos;
- renda proveniente da prestação de serviços e conexos;
- renda de imóveis;
- donativos em dinheiro;
- rendimentos financeiros;
- rendas eventuais; e
- auxílios e subvenções dos poderes públicos

#### 2. Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e aprovadas pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2017 de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária em conformidade com as Leis n.º 11.638/07 e n.º 11.941/09, os pronunciamentos do CPC e das Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade que requer uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requeriam maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

- Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da empresa e, sua moeda de apresentação;
- Contas de resultado: São reconhecidas mensalmente pelo regime contábil de competência;
- Aplicações financeiras: São registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço e não superam o valor de mercado;
- Ativo circulante e não circulante: Registrados pelo valor de realização acrescida dos rendimentos incorridos até a data do balanço quando aplicável;
- Estoque: Os estoques de medicamentos e materiais hospitalares e de armazenado são controlados ao custo médio, que não supera o valor de mercado;
- Ativo imobilizado: Os bens do imobilizado são registrados pelo custo de aquisição, sendo contabilizadas as depreciações devidas ao uso e desgaste natural dos bens;
- Passivo circulante e não circulante: Demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos;
- Provisão de férias e encargos: Foram calculadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes;
- Contribuição ao INSS e impostos: Conforme previsão constitucional, a Santa Casa é uma entidade filantrópica, imune, do pagamento de impostos, taxas e da contribuição ao INSS.
- Patrimônio Social representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição.
- Legislação Fiscal: Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas estão sujeitos ao exame das autoridades fiscais competentes durante prazos prescricionais variáveis, consoante a legislação específica aplicável.
- Recursos: Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais em conformidade com seu Estatuto Social, demonstrados pelas despesas (custeio) e investimentos patrimoniais.

#### 3. Caixa e equivalentes de caixa:

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2018	2017
Caixa	215.735	167.059
Bancos	313.338	717.385
Aplicações financeiras	3.052.301	4.072.588
<b>Total</b>	<b>3.581.374</b>	<b>4.957.032</b>

#### 4. Contas a receber:

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2018	2017
Convênios SUS	2.134.405	2.437.193
Convênios/Particulares	8.322.799	6.191.631
Provisão para perdas	(70.429)	(70.429)
<b>Total</b>	<b>10.386.775</b>	<b>8.558.395</b>

#### 5. Adiantamentos:

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2018	2017
Adiantamento a fornecedores	45.803	91.586
Adiantamento a funcionários	43.071	182.810
<b>Total</b>	<b>88.874</b>	<b>274.396</b>

#### 6. Outros Créditos:

Conforme demonstrado em 31 de dezembro de:

Descrição	2018	2017
Bloqueio judicial	1.104.043	1.193.786
Diversos	150.545	147.672
<b>Total</b>	<b>1.254.588</b>	<b>1.341.458</b>

#### 7. Estoques

Os estoques em 31 de dezembro estavam assim compostos:

Descrição	2018	2017
Materiais cirúrgicos	128.855	202.396
Medicamentos	136.721	194.146
Outros	91.241	72.332
Estoques de 3º	720	(5.846)
<b>Total</b>	<b>357.537</b>	<b>463.028</b>

#### 8. Investimentos

Com a finalidade de ampliar a angariação de recursos para aplicar na consecução de seus objetivos sociais e estatutários, em julho de 2017 a Santa Casa de Misericórdia de Mogi das Cruzes passou a realizar promoções comerciais vinculadas a sorteios lastreados em Títulos de Capitalização emitidos por sociedade de capitalização devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, nos moldes do decreto 6.388, de 05 de Março de 2008, das Circulares SUSEP n.º 365/08, n.º 376/08 e n.º 460/12.

#### 9. Ativo imobilizado

Demonstrado com base no valor original de custo acrescido das reavaliações efetuadas: